

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

DOS RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO AO POPULISMO: A COLONIALIDADE E A CIDADANIA DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA DO SUL ¹
FROM THE REMNANT OF COLONIZATION TO POPULISM: COLONIALITY AND THE DEMOCRATIC CITIZENSHIP IN SOUTH AMERICA

Gabrieli De Camargo², Bruna Medeiros Bolzani³, Fernando Augusto Mainardi⁴, Gaviota Karolina Tobar Casanova⁵, Tiago Protti Spinato⁶

¹ Pesquisa acadêmica desenvolvida pelos mestrandos do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da UNIJUI 2018/01.

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Mestranda pelo PPG em Direitos Humanos pela UNIJUI 2018/01. Bolsista pelo programa FAPERG/CAPES.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), bolsista CAPES, graduada em Direito, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen/RS

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), graduado em Direito, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Advogado.

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), socióloga pela Universidade de Nariño, Pasto-Colômbia.

⁶ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), graduado em Direito, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Advogado.

Resumo: A pesquisa propõe uma análise crítica acerca às frágeis democracias sulamericanas que experimentam de um fenômeno considerado danoso para as políticas do Estado, por configurarem uma política centrada em seus líderes partidários. Para tanto, objetiva-se analisar como os fenômenos populistas, recorrentes na América do Sul, são intimamente ligados à baixa participação cidadã na formação de políticas democrática dos Estados sulamericanos. Diante disso, as vertentes críticas, decoloniais, o direito internacional e global, às relações internacionais e a ciência políticas nos auxiliam como aporte para entender esse fenômeno tão recorrente nessa região, que de início comum de contato com o velho mundo, deu-se à colonização. Trata-se de uma pesquisa hipotética-dedutiva que utiliza como técnica a coleta a revisão bibliográfica e análise documental para análise focal na região sulamericana. Ao final, demonstra-se como a colonialidade ainda está em presente nas alternativas vinculantes dos Estados da América do Sul que propunham um regime democrático em sua organização político-ideológica.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Palavras-chave: Populismo; Cidadania; Colonialidade; América do Sul.

Abstract: The research was a critical analysis of democratic policies that undergo a critical analysis of democratic politics. In order to do so, the objective was to analyze the population formats, recurrent in South America, are closely linked to participation in citizenship in the formation of democratic policies of the South American States. In view of this, as the critical, decolonial, international and global law, international relations and political science help us as one of the most precise forms of making such complaints in the region, which is the first world, to colonization. This is a hypothetical-deductive research that uses as a technique a collection of bibliographical data and documentary analysis for focal analysis in the region. In the end, it shows how coloniality is still present in the binding alternatives of the South American states that propose a democratic regime in their political-ideological organization.

Keywords: Populism; Citizenship; Coloniality; South America.

1 INTRODUÇÃO

Propomos uma análise, um exercício sobre o pensar não-histórico, sobre o que ocorreu e o que ocorre hoje na era global dentro da nossa América do Sul. Sobre os fenômenos que nos alcançam com uma velocidade nunca visto antes, na era da hipermodernidade (Gilles Lipovetsky), da modernidade-tardia (Boaventura de Souza e Santos), da pós-modernidade (Stuart Hall), da modernidade líquida (Zygmunt Bauman) ou da transmodernidade (Enrique Dussel), os termos passam a variar pela temporalidade conceitual dos teóricos, mas, onde todos sustentam a crise da modernidade racional, homogênea e ocidental estabelecida desde a centralização europeia no sistema-mundo no século XVII. Essa crise está ligada aos processos de desenvolvimento de uma economia mais financeirizada, da globalização acentuada, das transições de corpos, mercadorias e ideias, está presente nas vidas sociais além de estar nas produções intelectuais, como esse exercício proposto. Além disso, essa crise, passa a refletir nas propostas sobre um novo olhar sobre questões já estabelecidas/vencidas, como o colonialismo e a colonialidade do saber e suas implicações na formação político-social da população sulamericana, o que reflete intimamente nos diálogos políticos dentro dos discursos populistas e sobre as funcionalidades dessas sociedades e/para com os Estados Nacionais. Assim, como problemática, se desenvolveu o questionamento: como os fenômenos populistas, recorrentes na América do Sul, são intimamente ligados à baixa participação cidadã na formação democrática dos Estados sulamericanos?

Sobre esse panorama que ganha novas aberturas do pensar nesse período mais globalizado, objetivamos aqui como proposta geral, encontrar uma ligação desses processos referentes à crise da modernidade europeia e centralizar nosso pensar sobre um olhar mais decolonial, partindo de novos pressupostos de como a colonialidade, resquício da colonização, implicou e implica no

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

desenvolvimento político-social da América do Sul. Nesse sentido, passamos as especificidades desse desdobrar geral, encontrar fatores como da cidadania e da democracia que nos auxiliem a entender a resoluta da problemática.

Esse exercício reflexivo que propomos é um olhar sobre a não-história, aquela contada pelos perdedores dos conflitos que deram-se nessa região do sul, de uma análise além da que já se conhece, contada pelos sujeitos colonizados. A América Latina como um todo ainda absorve os resquícios de uma violenta e sangrenta colonização - da terra, do saber e dos corpos - que os foram negligenciados - mas que hoje ganham novas aberturas através desse olhar mais global e heterogêneo, desse rompimento com as estruturas já estabelecidas, pois é visualizando as problemáticas do passado que encontramos as resolutas para as problemáticas do presente na formação futura mais amena e participativa dessa sociedade sulamericana.

2 METODOLOGIA

Sobre a conotação científica da pesquisa, de natureza metodológica analítica teórica, a pesquisa embasa um caráter qualitativo por explorar as abordagens históricas dos novos debates dentro das Ciências Sociais aplicadas, como o Direito Internacional e Global, as Relações Internacionais e a Ciência Política; além de conotar uma abordagem metodológica descritiva-explicativa por discutir as reflexões conceituais dos termos como o colonialismo, a colonialidade, o populismo e a cidadania, aplicadas à um contexto sub-regional, a América do Sul. Sobre a operacionalidade dessa pesquisa, foi avaliada uma bibliografia referencial de livros e artigos científicos, de fontes primárias e secundárias que passou a dar suporte e material para a análise proposta. O método que utilizou-se na pesquisa foi o hipotético-dedutivo no qual relaciona a colonização aos processos populistas que surgiram e ainda surgem na América do Sul pela apropriação de ideais transversais às realidades desses pater-Estados. Por fim, definiu-se elementos teóricos das vertentes críticas e decoloniais que apoiaram as análises conceituais dos termos propostos para a aplicação na sub-região já especificada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura internacional passava por mudanças significativas após a Segunda Guerra Mundial, criaram-se órgãos, entidades e organizações internacionais que visavam uma nova alternativa àqueles horrores provocados por regimes totalitários e por uma sociedade atomizada e massificada[1], dita central desde o século XVIII[2]. Com uma estrutura não muito diferente que a falida Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas surge com esse propósito - a multipolarização do poder institucionalizado pelo Conselho de Segurança cujo o intuito passa a ser o de garantir a paz, visualmente passa a ser um órgão fidedigno da divisão estrutural do poder no período. Entre declarações e conflitos focalizados afora à Europa, o conclave ideológico seguia entre as potências do Conselho de Segurança, entre o bloco Capitalista (Estados Unidos, Reino

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Unido e França) e o bloco Socialista (União Soviética e República da China). Com o estabelecimento da Declaração dos Direitos Humanos em 1948 que propiciaram o estabelecimento de princípios internacionais da proteção do sujeito humano, configurava-se o que chamamos da 'virada de mesa' para o bloco capitalista, o Acordo Bretton Woods em 1944[3] que estabeleceu o tripé econômico - financeiro, comercial e de desenvolvimento - transformaria a sistemática do mundo por um período ainda corrente.

Com os processos de autodeterminação externa de diversos Estados de suas colônias européias, os conflitos focais por libertação nacional e independência dos países Africanos e do Médio Oriente, além dos conflitos isolados de cunho político-ideológico nas regiões do Leste Europeu e na América Latina, a Guerra Fria lançava-se como alternativa ao confronto direto das potências, até então, as mesmas do Conselho de Segurança que propunham o desenvolvimento casuístico da paz nesse período turbulento. A década de sessenta se mostrava incerta e preocupava a sociedade internacional com um risco de uma terceira guerra mundial, as Guerras do Vietnã, a Revolução Cubana e a Guerra dos Seis Dias anunciavam mudanças conjunturais significativas nesse contexto e a América do Sul, assim como diversas regiões do sistema internacional, era apanhada nesse contexto político-ideológico e cultural. Nesse mesmo período eram desenvolvidas as primeiras orientações das ciências sociais críticas latino-americanas dentro do campo da filosofia e da sociologia, período esse que marcava o fim da primeira era de diversos fenômenos populistas[4].

Simultânea à essas mudanças, os movimentos populares ganham legitimidade e passam a conversar diretamente com as mudanças de regimes e eleições políticas. Na região sulamericana, esses processos de movimentações políticas-ideológicas incentivadas pela partidização política dos dois blocos da Guerra Fria, fomentadas pelas políticas de vizinhança (dominação ideológica) acabaram por serem casa de diversos golpes de Estado, os quais culminaram em prolongadas ditaduras civil-militares de períodos de exceção. Ademais sobre esse período, produzia-se no campo das ideias uma ruptura histórica: o que era metrópole e colônia recebiam novas designações terminológicas, por Raúl Prebich[5] sobre os estudos desenvolvimentistas cepalinos, criava-se a ideia de centro e periferia. Para Dussel

A isso se deve agregar todo um horizonte categórico proveniente da economia crítica, que exigia a incorporação das classes sociais como atores intersubjetivos a serem integrados a uma definição de cultura. Não se tratava de mera questão terminológica e sim conceitual, que permitia romper com o conceito "substancialista" de cultura, descobrindo suas fraturas internas (dentro de cada cultura) e entre elas (não só como "diálogo" ou "choque intercultural, mas estritamente como dominação e exploração de uma sobre as demais). A assimetria dos atores deveria ser levada em conta em todos os níveis (2016, p.51).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Com a paradigmática transição de avaliação entre os atores, sujeitos de análise, o pensamento crítico encontrava, junto ao pensamento decolonial, uma alternativa em desenvolver propostas para a região periférica, que até então, vinculava-se à dependência histórica colonial europeia. Nesse sentido, surgem inquietações e novas interpretações sobre o fenômeno da modernidade europeia, até então periferia da potência econômica e cultural asiática, “[P]areciera entonces que China fue hasta el siglo XVIII la mayor potencia productora de mercancías, y el Mar de China un ámbito mercantil sin igual en el sistema-mundo[6]” (DUSSEL, s.d., p.211). A China considera por Dussel, passa a ser produtora de diversos artifícios de compra para mercadores que abasteciam as coroas monárquicas e a nobreza europeia, muito em conta das trocas comerciais do período mercantil, a qual extraía-se metais e recursos das colônias ameríndias e com isso, se adquiria produtos manufaturados considerados de luxo pelos europeus, as louças e tecidos, entre outros produtos. Essa transição de centros-periferia do leste Asiático para Europa deu-se por diversos fatores, entre eles, a instabilidade política que atingiria a Dinastia Qing nesse período, esse aumento quantitativo da conexão comercial com a Europa, e os conflitos que ali iriam surgir referente à essas trocas comerciais, entre outros fatores pontuais (DUSSEL, s.d.).

A primeira era da modernidade europeia, que não era centro geopolítico mundial frente às potências orientais, indochinesas e muçulmanas, teve longa duração - e durou cerca de três séculos, do descobrimento das Américas à Revolução Industrial, período que se inicia um sistema mundo mais global e capitalista. É nesse período que inicia-se a produção da colonialidade do poder eurocêntrico frente às outras regiões orientais, pois inicia o nascimento de sua periferia - primeiramente na América Latina e depois Anglo-saxônica, para um segundo desenvolvimento em regiões litorâneas da África, onde “China, que se cierra sobre sí misma con un proyecto nacionalista, perderá su mercado externo” (DUSSEL, p.214). Sobre a ascensão europeia frente às potências orientais se sobressaem o baixo crescimento demográfico frente às pestes que atormentaram a subregião, além do fracasso das expansões por terra ao Oriente, volta-se aos mares externos em busca de alternativas. Junto à esse fatores essenciais para o desenvolvimento europeu, a revolução ideológica-científica, a astronomia e as ciências tiveram papel central nesse empoderamento. De acordo com Dussel

Las americas indígenas recibe el impacto de la primera globalización (la conquista), y el racismo, el mito de la superioridad europea, la explotación económica, la dominación política, la imposición de la cultura externa, producen el síndrome de la ‘colonialidad del poder’ - en la sugerente expresión de Aníbal Quijano - : el poder colonizador niega lo amerindio e impone lo europeu con un racismo sutil pero no menos presente (DUSSEL, s.d., p.214).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O estabelecimento dessa história da ascensão ocidental frente à decadência do oriente apresenta-se apenas nos últimos dois séculos presentes da humanidade, da formação ideológica e estrutural política do liberalismo com a revolução francesa, junto com a Revolução Industrial inglesa que será a base do capitalismo, pela primeira vez global. Sobre a história, anunciava-se uma centralidade cultural ocidental, como sempre a mais desenvolvida da humanidade, imperando esse pensar estrutural e sistêmico europeu como método rígido e fechado de expressão. “Esto justificará entonces que el proceso de la expansión ‘civilizadora’ europea (...) ocultara, excluyera, ignorara como inexistentes todas las culturas anteriores, coetáneas e ignoradas como pueblos sin historia” (DUSSEL, p.217). Assim, as culturas excluídas pela modernidade, que são quantitativamente a maioria da humanidade devem ser ressaltadas, guardam uma imensa capacidade e quantidade de invenções necessárias para o dia de amanhã da humanidade, dessa relação entre humanos e natureza e das relações sociais mais solidárias[7]. Essa transmodernidade[8] possibilitou nesse último século uma mudança paradigmática da não-história, “[N]o es un milagro entonces que la toma de conciencia de dichas culturas ignoradas y excluidas vaya en aumento, lo mismo que el descubrimiento de su identidad despreciada” (DUSSEL, p.222).

Partindo desse desfecho não-histórico embasado pelo pensamento decolonial de Enrique Dussel, iniciamos um debate sobre a colonialidade do poder e do saber, uma reflexão mais diversa epistemologicamente, mais além do capitalismo global embasada por Aníbal Quijano. Nesse sentido, a colonialidade do poder passa a ser um resquício ainda muito presente do colonialismo, “Este último se refiere estrictamente a una estructura de dominación y explotación, donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad, y cuyas sedes centrales están, además, en otra jurisdicción territorial” (QUIJANO, p.285). Já o conceito terminológico de colonialidade deve ser pensado em um panorama de espaço-tempo mais alargado, pois acaba sendo, de certa forma, o reflexo desse território, saber e corpos colonizados. De acordo com Quijano,

La colonialidad es uno de los elementos constitutivos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia cotidiana y a escala social. Se origina y mundializa a partir de América. Con la constitución de América (Latina) en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico - que después se identificarán como Europa-, y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad (QUIJANO, 2014, p.285,286).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Partindo dessa conceitualização sobre a colonialidade da América Latina a partir do século XVIII o capitalismo se mundializa eurocentrizado e moderno, onde até hoje, podemos vislumbrar até hoje essa instauração constitutiva nessa região desse padrão de poder. Isso resultou na formação de novas identidades sociais - além de classes - na América Latina e do Sul, especificamente, nesses territórios que passam a ser ex-colônias. Assim, passam a ser criadas a partir dessas novas identidades um vasto universo de relações muito intersubjetivas de dominação - como o conhecimento empírico - base para a formação estrutural da sociedade sulamericana.

Nessa dinâmica de estruturação dos Estados que absorvem sistematicamente as propostas da modernidade europeia, como uma conveniência, acabam por serem excluídas experiências e identidades, neutralizando as historicidades culturais dos ameríndios, por exemplo. Desta conveniente absorção da modernidade europeia na região sulamericana para o estruturação sistêmica do modelo ocidental de organização e dominação capitalista, os Estados sulamericanos tornam-se independentes de suas colônias em uma perspectiva de desligamento territorial, mas não organizacional, sendo que muitos ainda absorviam esse processo de organização civil-político de classes, instituições e principalmente de formação econômica europeia capitalista (QUIJANO, 1992). Assim,

[N]a América Latina, os obstáculos à soberania envolvem também o fato de que a incorporação do modelo de Estado moderno não representou rupturas, mas, ao contrário, aprofundou as desigualdades sociais e manteve os interesses e privilégios que o Estado moderno, em alguma medida, buscava democratizar - visando especificamente o exercício do poder político pela classe burguesa. O detentor direto da soberania - o povo, teoricamente - estava em sua maioria muito longe dos espaços de definição do poder político e, apesar das pressões e resistências, muito pouco foi feito no sentido de se efetivar os direitos humanos capazes de garantir patamares de igualdade e justiça social (BRAGATO; FERNANDES, 2015, p.17).

Parte-se então dessa estruturação do Estado Moderno dentro de concepções europeias de institucionalização políticas, da transnormatização do direito positivado e da economia de base, para a exportação. Nas sociedades do cone sul observou-se como um fragmento do processo “[...] constituição da subjetividade moderna, o processo de descobrimento e conquista da América teve como fator inerente ao mito em que subjaz a ideia ‘emancipatória’ da modernidade uma ideia desenvolvimentista falaciosa, que permeou a constituição do Estado” (BRAGATO; FERNANDES, p.22). O discurso desenvolvimentista, ideia que a emancipação sulamericana superasse a dependência do centro como semiperiferia[9] legitimava o discurso unilateral da modernidade, que somente esse modelo, deveria ser seguido por qualquer cultura socioeconômica, um discurso de dominação e colonialismo, pois “[a] ideia da emancipação trazida pela modernidade articulava uma ‘saída da imaturidade’ em direção a um racionalismo crítico que ‘ilustraria’ a humanidade, o

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

que só seria possível a partir do desenvolvimento”. (BRAGATO; FERNANDES, p.22). As autoras corroboram argumentando que

As reações entre Estado e sociedade, a partir da América Latina, não correspondem ao processo linear e evolutivo que depreende da história do Estado moderno europeu e suas fases, ou processos de consolidação, quais sejam, o Estado liberal, de bem-estar social e Democrático de Direito. [...] Esse modelo constitucional instituiu um monismo cultural e jurídico caracterizado a partir da afirmação dos direitos individuais e da divisão de poderes do Estado. No contexto colonial latinoamericano, os valores incorporados a essa concepção de Estado favoreceram as elites locais, a concentração de poderes e aprofundaram as diferenças de classe. Os laços de dependência que, como se viu, articularam a partir da organização institucional dos modelos constitucionalistas modernos das nações na América Latina, formaram-se à margem da igualdade jurídico-formal prevista no modelo constitucional incorporado pelas nações latinoamericanas, divergindo da realidade quanto ao processo de democratização social e política verificado nos movimentos revolucionários burgueses. Na prática, continuava mantendo os processos de exclusão e discriminação social, econômica e política dos grupos e setores oprimidos.

Essa democratização do Cone Sul ocorreu de modo mais tardio com a constitucionalização do Estado de Direito com o estabelecimento de regimes democráticos; marcado por diversas golpes e crises políticas que interrompiam o regime democrático, o processo tardio de democratização foi acompanhado do nascimento do populismo latino-americano, de líderes populares e princípios liberais. No Cone Sul ainda é possível vislumbrar a fragilidade das novas democracias no século XX onde a maioria dos países acabaram por romperem com o regime democráticos em golpes civil-militares. Com os governos de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina, as décadas de 1930 e 1950 produziram uma conjuntura política no Cone Sul que resultaria mudanças focais nos governos de diversos Estados, pois antes de tudo, apresentavam uma semelhança em comum: o discurso e a pauta populista. O populismo como fenômeno da ciência política, é uma relação intensa entre a base social (o povo/massa), e a base econômica (as oligarquias) junto a um discurso inflamado de carga ideológica estratégica das análises discursivas. Com o processo de redemocratização após períodos extensos de ditaduras em Estados do Cone Sul a região avança ao século XXI com premissas democráticas (autoridades eleitas; eleições livres e justas; sufrágio inclusivo; informação; liberdade de associação como democracia delegada) ainda questionam-se a índole qualitativa dessas democracias sulamericanas - visto o reaparecimento do fenômeno em diversos Estados[10]. Entre as semelhanças nesses Estados, encontram-se uma descredibilidade institucional e social, ascendendo estes líderes pelas vias legais como forte apoio popular. Nesse sentido, o fenômeno embasado conceitualmente por Ernesto Laclau[11], surge em diversos pontos históricos, em regiões ligadas à crises ideológicas

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

discursivas de uma crise mais geral de cunho social; essa crise pode ser situada ao bloco de poder no qual tange ao tentar formar uma hegemonia através das mobilizações da massa.

Partindo da análise de Gino Germani e Torcuato di Tella sobre as características que ligam a América Latina ao fenômeno populista, os autores partem de um pressuposto que a região está em transição, da sociedade agrária pré-capitalista para a sociedade moderna capitalista (da periferia à semiperiferia). Como nos processos de democracia limitada aos processos de democracia universalizada através do sufrágio, as rupturas políticas dessa transição acabaram por serem incorporadas pelos sistemas democráticos nos países, os quais foram estabelecidas pela primeira geração do regime, como nos Estados Unidos. Já na América Latina o processo de transição ocorreu de forma prematura pelas massas, gerando uma grande pressão ao aparelho político nos canais de participação popular políticos exigidos para uma democracia participativa. Assim, o populismo surge como uma necessidade, uma emergência das classes populares dentro da cena política que se estabelece, um movimento que alia diversificados setores populares, das massas urbanas e rurais, das camadas médias e setores burgueses, que se apoiam em uma ideologia anti-status quo, buscando sempre um revés. Por consequência dessa motivações

[a] origem dos líderes com essas características advém dos movimentos populares, e seus governos apresentam uma tendência em comum, que é a adoção de políticas assistencialistas como recurso fomentador da popularidade dos líderes e apaziguadora dos ânimos populares diante das crises econômicas, o que cria portanto, massas populares motivadas por seus próprios interesses de melhoria de vida e iscas para uma rede clientelista de troca de apoio e votos por serviços básicos e políticas assistencialistas (SANTA CRUZ; SANTOS, 2017, p.19).

Observa-se então, que os movimentos neopopulistas que decorrem dessa transição de um período de exceção à redemocratização no século XXI surge em uma época de profundas desigualdades sociais, resultados de crises econômicas e mudanças que visavam mais representação política no cone sul. Em consenso com o período de crise, o movimento neopopulista através de suas facetas apropriam-se do contexto, para assim, proclamar suas intenções para com o povo. Assim, os cidadãos que têm papel fundamental na formulação e desenvolvimento de uma democracia consciente e plural, acabam por ficarem vulneráveis “[...] internalizando normas e valores de desapego às instituições de mediação política, preferindo se envolver em relações de troca de favores que descaracterizam o processo democrático e, ao mesmo tempo, propicia a prosperidade do neopopulismo” (SANTA CRUZ; SANTOS, p.20). Ademais, esses cidadãos que acabam sendo atomizados em massas populares, sujeitam-se à medidas nem sempre democráticas, dependendo dos seus líderes para as mudanças estruturais e de base, criando uma massa de seguidores.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se considerarmos a proposta do artigo em procurar a resoluta resposta do questionamentos proposto, de como os fenômenos populistas, recorrentes na América do Sul, são intimamente ligados à baixa participação cidadã na formação democrática dos Estados sulamericanos, estaríamos encerrando uma proposta reflexiva muito constante e complexa na América do Sul. O populismo como fenômeno preocupa por não criar uma cidadania, essa, necessária para a articulação e formação democrática de um Estado mais plural e mais significativo para a população que nele vive. O populismo como fenômeno preocupa por ser um resultado da colonialidade dos sujeitos que ainda respaldam a ideia colonial de dependência, essa que passa da ex-colônia ao Estado Moderno, mesmo sendo uma artificialidade central europeia, que estruturou o sistema internacional.

Assim, sendo a mudança estrutural pouco cogitada pela contemporaneidade, desde o estabelecimento do Estados Moderno, os regimes que se desenvolvem para uma participação mais ativa da população em questões decisivas como, esses sujeitos 'parte' do Estado, a democracia participativa e mais plural surge como alternativa à esses movimentos populares mais atomizados. Ademais, as características que implicaram hoje nesse fenômeno são frutos de processos violentos que irão ser sanados pelo tempo e pela população dos Estados quando reconhecerem sua verdadeira história, oportunizando uma sociedade mais justa e menos desigual, uma sociedade heterogênea e de diferentes identidades que se propõe em construir um Estado democrático, com instituições seguras e confiáveis, com políticos que assumam responsabilidades para com o Estado como membro dessa população e não como salvação patronal. Os países da América do Sul, que ainda sofrem com os processos de desigualdade social e de renda, devem buscar alternativas além das programadas pelo centro, alternativas mais independentes que visem o empoderamento populacional e mais cidadão de uma ética pública. Por fim, ressaltamos que essa ética pública a ser buscada entre os cidadãos deve ser "[...] um consenso sobre um certo número de valores que permitirão legitimar as normas coletivas às quais devemos nos submeter enquanto cidadãos e, portanto, obedecer sem a intervenção da força" (AUDARD, 2006, p.126).

REFERÊNCIAS

AUDARD, Catherine. Cidadania e Democracia Deliberativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; FERNANDES, Karina Macedo. Da Colonialidade do poder à descolonialidade como horizonte de afirmação dos Direitos Humanos no âmbito do constitucionalismo latino-americano. RCJ - Revista Culturas Jurídicas, Vol. 2, Núm. 4, 2015.

BAUMANN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. In: Scielo, Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf>> Acesso em 10 de Jul de 2018.

CRUZ, Aline G. B. R.; SANTOS, Myllena Pereira. O novo Populismo na América Latina: a classificação neopopulista através da percepção da população. Montivédú: ALACIP, 2017.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidad e interculturalidad. In: Filosofía de la cultura y la liberación. México: UNAM, 2006.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. In: Revista Sociedade e Estado, Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00051.pdf>> Acesso em 09 de Jul de 2018.

FERREIRA, Adelino. Do isolamento à solidão: a novidade totalitária segundo o pensamento de Hannah Arendt In: Revista Filogenese. São Paulo: UNESP. Disponível em <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/7_adelinoferreira.pdf> Acesso em 09 de Jul de 2018.

GERMANI, Gino; DI TELA, Torcuato. Populismo y contradicciones de clase. México: Editora Arena, 1973. Disponível em <<https://sociologiadeldesarrollo.files.wordpress.com/2014/11/105969971-populismo-y-contradicciones-de-clase-gino-germani-torcuato-di-tella-octavio-ianni.pdf>> Acesso em 08 de Jul de 2018.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. A cultura-mundo : resposta a uma sociedade desorientada / Gilles Lipovetsky e Jean Serroy ; tradução Maria Lúcia Machado. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

MENEZES, Wagner. Ordem Global e Transnormatividade. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MORALES, Evo. Discurso de Evo Morales en la Cumbre CELAC - União Europeia. 2013. Disponível em <<http://www.albatv.org/Discurso-de-Evo-Morales-en-la.html>> Acesso em 09 de Jul de 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú Indígena, Vol. 13, No 29, 1992.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Edgardo Lander (Comp.); La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: O social e o político na transição pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. resenha A razão populista de Ernesto Laclau: uma crítica agonística. In: Teoria e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 10 n. 2 jul/dez. 2015. Disponível em <file:///C:/Users/DDR/Downloads/2918-9028-1-PB.pdf> Acesso em 08 de jul de 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social Hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

[1] “Esta atomização social e o conseqüente fenômeno da massificação já vinham sendo preparados pela sociedade moderna que, segundo Arendt, é a época do “Triunfo do Animal Laborans”. O conceito de animal laborans, desenvolvido por ela em sua obra A Condição Humana, se refere ao homem moderno que consome o fruto de seu trabalho na busca da simples subsistência. É o homem que perdeu seu contato com o mundo das coisas e dos outros, “vivendo para trabalhar e trabalhando para viver”. O triunfo do animal laborans na idade moderna é o solo fértil para o surgimento de homens, que, sobrevivendo sem ideais, são capazes de se lançar no movimento totalitário” (FERREIRA, 2014, p.84-85).

[2] Quando Immanuel Wallerstein desenvolve sua teoria sobre o sistemas-mundo e propõe uma análise partindo da divisão internacional do trabalho dentro da sistemática capitalista - divide esse mundo em três sistemas de análise, o centro, a periferia e a semiperiferia (WALLERSTEIN, 1999, p.447).

[3] Ver mais em: MENEZES, Wagner. Ordem Global e Transnormatividade. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

[4] Vargas no Brasil (1930-45/1951-54), de Perón na Argentina (1946-55), Cárdenas no México (1934-40), Estensoro (1952-56/ 1960-64) e Zuazo na Bolívia (1956-60) e Ibarra no Equador (1933-34/ 1944-47 / 1952-56 / 1968-72) no Equador.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

[5] “As idéias do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) sempre estiveram voltadas para a ação. As dificuldades encontradas diante de problemas concretos (durante a crise dos anos 1930), tornaram Prebisch um homem prático. Assim, suas teorias sobre a substituição de importações, o sistema centro-periferia e a criação de um mercado comum latino-americano, possuíam um grande sentido de influenciar a realidade. A única exceção coube a sua “Teoria da Transformação”, construída no último decênio de sua vida. Nesta, Prebisch se afasta da realidade e teoriza sobre a criação de um novo sistema econômico, através de uma síntese entre socialismo e liberalismo” (COUTO, 2007, p.45).

[6] Dussel destaca essa proposição acerca articulação entre o ‘velho’ e o ‘novo’ mundo desde 1942.

[7] “Se construye confianza no sólo viendo el presente pero sí revisando el pasado y estos dos continentes, América y Europa, tenemos un pasado, no por culpa de ustedes, estimados presidentas y presidentes ni por culpa de esta generación de presidentes de América Latina y el Caribe. Todavía hay que reparar daños de tantos años y tal vez con cierta autoridad puedo hablar porque el movimiento indígena de América Latina y el Caribe hemos sido víctimas de una invasión, durante los Estados o repúblicas coloniales Latinoamérica y el Caribe han sido receptores de migraciones y nunca jamás expulsaron, nuestros antepasados ni nosotros, a los migrantes europeos. En los peores momentos que vivía Latinoamérica ha respetado las migraciones. Sin embargo, mis hermanos, mediante la Directiva de Retorno, siento que, esa migración, soporta una penalización. En tiempos de bonanza era la mano de obra barata” (MORALES, 2013, s.p.).

[8] “Transmodernidad futura multicultural, polifacética, híbrida, poscolonial. pluralista, tolerante, democrática, pero más allá de la democracia liberal y del Estado moderno europeo, con espléndidas tradiciones inilenárias, respetuosa de la exterioridad y afirmativa de identidades heterogéneas” (DUSSEL, s.d., p.223).

[9] Nesse período do século XIX e XX a América Latina transicionava entre periferia e semiperiferia pela alternância de colonização do centro europeu nas chamadas novas colônias periféricas na África.

[10] Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela; Evo Morales na Bolívia; Néstor e Cristina Kirchner na Argentina; Lula no Brasi..

[11] Sobre o populismo desenvolvido por Laclau: “O populismo não é um conteúdo, mas sim uma forma. É, antes de mais nada, uma forma específica de construção do político; uma lógica política. Mas como essa lógica política é constituída? Imaginemos uma determinada sociedade. Nesta sociedade há determinadas demandas que grupos específicos solicitam às instituições políticas, ao poder estabelecido. Se essas solicitações - que Laclau define como “demandas democráticas” - são atendidas individualmente o problema acaba. Todavia, se as instituições ignoram essas “demandas democráticas” elas começam a se acumular na sociedade passando qualitativamente do nível da solicitação para o da exigência. À tal percepção desse acúmulo de “demandas democráticas” não atendidas que se tornaram exigências Laclau denominará como “demandas populares”. Essas “demandas populares” constituem de um lado o “povo” contrapondo-se às instituições políticas opressoras. Como essas “demandas populares” são heterogêneas, porém equivalentes, ou seja, possuem um mesmo inimigo institucional a enfrentar, elas precisam de um significante vazio que as unifique. Esse significante vazio cristaliza-se, em geral, na pessoa de um

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

líder. Está pronta a situação populista: o antagonismo entre as “demandas populares” do “povo” e a opressão das instituições políticas estabelecidas” (SILVA; RODRIGUES, 2015, p.174).